



NOVO GOVERNO / Lula prepara o desenho final da nova Esplanada dos Ministérios e monta um quebra-cabeça para abrigar o amplo leque de legendas que o ajudou a vencer o bolsonarismo nas urnas em outubro

O desafio de unir forças antagônicas

» VINICIUS DORIA

O presidente eleito e, a partir de amanhã, diplomado no cargo pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dará sequência, nesta semana, à montagem de sua equipe de governo. Depois de anunciar os primeiros nomes de ministros, na sexta-feira passada, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) começa a revelar o resultado da delicada divisão de poderes entre o amplo leque de forças políticas que o apoiou ou ainda demonstram interesse em integrar a base do governo que assume em 1º de janeiro de 2023. Diferentemente de seus dois governos anteriores (2003-2006 e 2007-2010), quando contou com a ajuda do MDB para compor uma base de governabilidade com os partidos de esquerda, Lula, agora, prepara um gabinete diverso, em que as forças mais conservadoras da aliança terão peso proporcional à importância na vitória eleitoral de outubro. Derrotados os antagonistas do bolsonarismo, chegou a hora de acomodar os divergentes.

É como um quebra-cabeça, que só se resolve com o encaixe perfeito das peças. Neste fim de semana, o presidente eleito se debruça a fechar a nova configuração da Esplanada dos Ministérios, definindo quantas pastas o Poder Executivo terá. Algumas, como a dos Povos Originários (que poderá ser uma secretaria com status de ministério), atendem a compromissos com os movimentos sociais, com os quais o PT e os partidos de esquerda têm compromisso. Mas, a maioria está sendo pensada de forma a alojar representantes tanto do campo progressista quanto do campo conservador que está se incorporando à base de governabilidade.

Não é uma negociação fácil, por confrontar visões de mundo diferentes e vagas limitadas no chamado primeiro escalão do poder. Mas Lula conta com um ponto a favor, que é o

compromisso de todos os partidos com a defesa da democracia e o fortalecimento das instituições. Os partidos de esquerda, que formam a base histórica das alianças do PT, terão de abrir mão de algumas áreas tradicionalmente delegadas ao campo progressista para abrigar representantes dos partidos de centro.

“Quem apoiou o presidente Lula compreende que é preciso ter governabilidade. Talvez alguns ainda imaginem que há disputa de cargos, quero isso, quero aquilo”, mas, para construir maioria, Lula vai ter que negociar com os demais partidos que não estavam na base dele nas eleições nem têm expectativa de estar agora. O presidente acha que é possível construir essa governabilidade, conversando. Lula é bom de conversa”, avalia o presidente do Solidariedade, Paulinho da Força.

O parlamentar explica que Lula foi eleito com 10 partidos, mais o PDT, que se integrou à base no segundo turno, após a derrota de Ciro Gomes (PDT-CE), mas o presidente reconhece que “são poucos para construir uma base no Congresso, por isso ele precisa ampliar, tem que trazer o MDB, o PSD e o União Brasil”. E, mesmo assim, não teria maioria absoluta, “precisa continuar conversando para construir essa maioria”. Sem isso, diz Paulinho da Força, “terá dificuldade, por exemplo, para aprovar uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição)”.

Centro

Para abrigar as forças do chamado centro democrático, que têm no MDB sua mais forte expressão, o presidente eleito passou as últimas semanas aplaudindo o terreno com os aliados da esquerda, principalmente do próprio partido, que terão de abrir mão de setores tradicionalmente ocupados por progressistas, como ministérios da área social. Nessa composição, a senadora Simone Tebet (MDB-MS) e

ED ALVES/CB/D.A.Press



Luiz Inácio Lula da Silva durante o anúncio, na sexta-feira, dos primeiros cinco ministros da nova equipe

o grupo dos políticos do MDB do Norte e do Nordeste terão que ser contemplados.

Com o terceiro lugar nas eleições presidenciais e o apoio imediato à chapa Lula-Geraldo Alckmin (PSB) no segundo turno, Simone Tebet “só não será ministra se não quiser”, informa um integrante do governo de transição. Ela é uma das coordenadoras do grupo temático do desenvolvimento social e surge como nome natural para ocupar a pasta correlata, que cuidará das políticas públicas voltadas aos mais pobres, principalmente o programa Bolsa Família.

Mas essa é uma área que, historicamente, fica sob a guarda do PT, por incorporar bandeiras caras à legenda. O choque de forças se dá dentro do próprio grupo temático, em que Tebet

divide a coordenação com mais duas mulheres que já foram ministras da pasta em governos petistas: Tereza Campello e Marcia Lopes. A presença das ex-ministras na transição mostra que o PT não pretende perder o protagonismo no setor. Interlocutores da senadora sul-mato-grossense confirmam que Desenvolvimento Social e Combate à Fome é a pasta que ela gostaria de comandar, e que não deveria aceitar outras propostas, como os ministérios da Saúde ou da Agricultura.

No caso do Ministério da Agricultura, a solução deverá ser a divisão da pasta para acomodar aliados conservadores ligados ao agronegócio e a base petista que milita em favor dos pequenos agricultores e comunidades tradicionais. O PSD de Gilberto Kassab (SP) e do presidente do

Senado, Rodrigo Pacheco (MG), deve ficar com o ministério original, que abrirá mão da área de desenvolvimento agrário para os aliados de esquerda. O senador Carlos Fávaro, do PSD de Mato Grosso, é o nome mais cotado para assumir a Agricultura, com o aval do governador Blairo Maggi, um dos principais aliados de Lula no setor do agronegócio.

Com 11 senadores (2ª maior bancada na Casa) e 42 deputados (5ª maior bancada da Câmara), o PSD é considerado fundamental para garantir maioria parlamentar do futuro governo. Além da Agricultura, a legenda negocia mais um cargo de primeiro escalão, que ainda não está definido. Um dos aliados mais próximos de Lula no partido, o senador Otto Alencar (BA) é um dos nomes cotados para a Saúde.

Disputa até entre PT e PSB

Outra disputa por espaço se dá no seio da chapa que venceu a eleição de outubro. O PT do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e o PSB do vice Geraldo Alckmin negociam a participação da legenda no novo desenho da Esplanada. O partido já emplacou o Ministério da Justiça, com Flávio Dino (MA), anunciado na sexta-feira, mas vê essa indicação como “cota pessoal” do presidente eleito. O problema é que o PSB encolheu nas eleições deste ano e reduziu o poder de negociação com o PT. Mesmo assim, deverá ser contemplado com mais duas pastas.

O principal nome da legenda é o do ex-governador de São Paulo Márcio França, que disputou a eleição para o Palácio dos Bandeirantes. Ex-tucano, França é cotado para chefiar o Ministério das Cidades, que será recriado. A legenda também pleiteia a pasta de Ciência, Tecnologia e Inovação, com a qual tem afinidade. E ainda apresenta o nome do secretário de Saúde do Espírito Santo e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Nécio Fernandes, como opção para o ministério ou para um cargo de alto escalão do Sistema Único de Saúde (SUS).

“A disputa de espaço é natural dos partidos que apoiam (Lula) e dos que virão a integrar a base. Isso é normal, e temos que encarar isso com naturalidade. É um governo naturalmente muito amplo, que precisa contemplar todos os setores, e, a critério do presidente, vai apoiar a todos que estiverem apoiando no novo governo”, afirma o governador reeleito do Espírito Santo, Renato Casagrande. Para ele, o PSB pode abrir mão de alguma reivindicação por cargos em nome da governabilidade. (VD)

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

O primeiro obstáculo de Lula é isolar a extrema-direita

É natural que todas as atenções estejam voltadas para a montagem do governo Lula e suas relações com o Congresso, mas é um equívoco tratar o presidente Jair Bolsonaro como cachorro morto, ainda que ande chorando em solenidades militares, em silêncio depressivo e com uma erisipela, um processo infeccioso da pele, que pode atingir a gordura do tecido celular, causado por uma bactéria que se propaga pelos vasos linfáticos, comum nos diabéticos, obesos e nos portadores de varizes.

Na sua primeira fala política após as eleições, na sexta-feira, Bolsonaro passou recibo da depressão, ao falar com apoiadores na saída do Palácio da Alvorada: “Estou há praticamente 40 dias calado. Dói, dói na alma. Sempre fui uma pessoa feliz no meio de vocês, mesmo arriscando a minha vida no meio do povo”, disse, numa alusão à facada que levou em Juiz de Fora (MG) em 2018. Sua postura é de derrotado, Bolsonaro já não reage como aquele lutador de boxe nocauteado que se levanta querendo lutar. Mas é um erro avaliar que não tem condições de se manter como o líder de direita com ampla base popular. A pesquisa do Ipec divulgada na quinta-feira mostra isso.

No início de outubro, 35% consideravam a gestão Bolsonaro ótima ou boa. Depois, 38%, 37%, 36%, 37% e agora, 39%. Regular: 22%, 19%, 23%, 24% e 23% em duas rodadas. Quarenta e dois por cento avaliaram a administração Bolsonaro como ruim ou péssima. Depois, 41%, 39%, 40%, 40% e agora, 36%. Na primeira pesquisa de outubro, 40% aprovaram sua maneira de governar. Depois, 43%, 44%, 43%, 44% e agora, 46%. Cinquenta e cinco por cento desaprovavam a maneira como Bolsonaro conduz o país. Depois, 53%, 52%, 51%, 52% e agora, 50%.

A expectativa dos brasileiros em relação ao governo do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, segundo a mesma pesquisa, mostra que o novo governo tem margem de erro muito estreita. Dezoito por cento consideram que Lula fará um ótimo governo, 32% acham que o governo Lula será bom. Regular: 20%; ruim: 7%; péssimo: 18%; e 5% não souberam avaliar ou não responderam. Quarenta e cinco por cento responderam que este mandato será melhor que os governos anteriores de Lula; 22% afirmaram que será igual. Pior: 26%; não sabem ou não responderam: 6%.

Entretanto, a forma como Lula está

montando o governo tem mais apoio hoje do que o que obteve na própria eleição. Cinquenta e oito por cento responderam que Lula está no caminho certo; 33%, no caminho errado; e 9% não sabem ou não responderam. O Ipec fez 2 mil entrevistas em 126 municípios entre os dias 1º e 5 de dezembro. A pesquisa não teve muita repercussão porque os principais atores políticos de centro e a elite econômica do país não querem mais marola em relação à posse de Lula.

Pelo contrário, as manifestações golpistas contra o resultado da eleição, que pedem intervenção militar, estão sendo esvaziadas e viraram um problema para os novos comandantes militares, que terão que pôr esse gênio de novo na garrafa. De certa forma, a agitação dentro e fora dos quartéis foi uma variável “dialética”, digamos assim, para que Lula escolhesse como novo ministro da Defesa o político moderado José Múcio Monteiro, um legítimo representante da velha oligarquia pernambucana. Além disso, critério de escolha por antiguidade fez do general de Engenharia Júlio César Arruda — próximo a Bolsonaro, mas legalista —, o futuro comandante do Exército. Foi decisão acertada, pois distensionou as relações

com os militares e abre caminho para a reconstrução de pontes entre as Forças Armadas e o presidente eleito.

Mais mulheres

Outra frente de distensão é a relação com o empresariado. A escolha de Fernando Haddad para o Ministério da Fazenda não agradou o mercado, que gostaria de ver no posto um economista com passagem pelo mundo financeiro. Essa escolha, porém, já estava precipitada. A tripartição do atual Ministério da Economia em três pastas, com a recriação dos ministérios do Planejamento e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, permitirá um arranjo político com os setores produtivos, inclusive o agronegócio, e pode até zerar os descontentamentos com as grandes bancas.

As pesquisas mostram que isolar a extrema-direita e seu líder carismático, o “mito” Jair Bolsonaro, não será nada fácil. Passa também por uma disputa moral na sociedade, na qual a bandeira da democracia está nas mãos de Lula, mas a da ética na política continua com a extrema-direita. O que pode desequilibrar esse jogo é um bom governo. Lula

precisa alterar a correlação de forças no mundo dos interesses; os da cultura e do trabalho estão firmes com o PT, desde o primeiro turno. A montagem de um governo com uma área meio empoderada, com Rui Costa na Casa Civil e Flávio Dino na Justiça, ex-governadores da Bahia e Maranhão, respectivamente, mostra que Lula pretende cuidar mais da política, auxiliado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, do que da gestão administrativa.

O sucesso do governo, porém, depende dos serviços efetivamente prestados à população. E das mulheres, que foram a força decisiva para a eleição de Lula. Sua presença na equipe ministerial não deve se restringir ao “lugar de fala” das pastas “identitárias”. Por exemplo, a volta do embaixador na Croácia, Mauro Vieira, ao comando do Ministério das Relações Exteriores empurrou a fila para trás. Como chanceler, a embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, a diplomata brasileira de maior prestígio internacional, ex-chefe de gabinete do secretário-geral da ONU António Guterres e ex-presidente Conselho de Segurança da ONU, representaria as mulheres no centro do poder, sem embargo da crescente influência da primeira-dama Rosângela Lula da Silva, a Janja, nas decisões do presidente eleito.